

O QUE OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS SÃO OU NÃO SÃO: A PROPÓSITO DE UM MANIFESTO DE ISABELLE DUYVESTEYN E JAMES WORRAL

ANTÓNIO HORTA FERNANDES

ahf@fcsb.unl.pt

Docente de carreira do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL, Portugal). Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI). Auditor da Defesa Nacional. Estrategista e polemologista.

Resumo

Com o presente artigo pretende-se fazer uma sintética actualização do "ser" da estratégia, evocando os estudos estratégicos, nomeadamente nos aspectos concernentes ao objecto da estratégia e à relação da estratégia com a política. Esta actualização é realizada confrontando-a com um recente manifesto, da autoria de Isabelle Duyvestein e James Worrall, importante pelas repercussões que tem na ciência das relações internacionais, o qual padece de muitas debilidades e não menos aporias. Importa, pois, desconstruir alguns dos seus pressupostos, que têm sido também aqueles acriticamente aceites quando as Relações Internacionais afloram a problemática inerente aos estudos estratégicos ou se debruça sobre a guerra.

Palavras-chave

Estratégia, Política, Guerra, Guerra Subversiva, Isabelle Duyvesteyn, James Worrall

Como citar este artigo

Fernandes, António Horta (2021). O que os Estudos Estratégicos São ou não São: a propósito de um manifesto de Isabelle Duyvesteyn e James Worrall. Janus.net, e-journal of international relations. Vol12, Nº. 1, Maio-Outubro 2021. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.1.9>

Artigo recebido em 19 Janeiro 2021 e aceite para publicação em 4 Março 2021





O QUE OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS SÃO OU NÃO SÃO: A PROPÓSITO DE UM MANIFESTO DE ISABELLE DUYVESTEYN E JAMES WORRAL

ANTÓNIO HORTA FERNANDES

É sabido que, no âmbito das Relações Internacionais, os estudos estratégicos, ou a estratégia, como preferimos designar, já conheceram melhores dias, em detrimento dos estudos críticos de segurança. Todavia, não queremos volver ao debate sobre a confusão entre estudos estratégicos e estudos de segurança, já antes merecedora de atenção por parte da escola estratégica portuguesa (Fernandes, 2015). De igual modo, a inserção ontológica e epistemológica da estratégia na ciência das relações internacionais não é um ponto central da presente reflexão. Na realidade, não se trata de uma verdadeira inserção sem mais da estratégia no seio das Relações Internacionais, porquanto a estratégia é um saber próprio de fronteira. Ainda assim, esse assunto também já foi motivo análise no seio da escola estratégica portuguesa, pelo que nos remetemos ao precipitado dessa análise (Fernandes, 2010).

Importa antes olhar para uma reflexão publicada em 2017, no muito conceituado *Journal of Strategic Studies*, da autoria de dois internacionalistas, Isabelle Duyvesteyn e James Worrall, intitulada *Global Strategic Studies: a manifesto*. A ideia de um *manifesto* apresentada pelos autores com cautelosa humildade acaba por ficar curta, porque se trata antes de um verdadeiro ponto de situação - não do que melhor se faz em estratégia, incluindo o mundo anglo-saxónico, pois nomes como os de Colin Gray, Beatrice Heuser ou Lawrence Freedmann nunca aparecem, ou melhor, o mais inovador das suas contribuições, isso sim não se deixa luzir no dito manifesto - do que surge como o mais promissor e actualizado nos estudos estratégicos, de modo a convergir com as Relações Internacionais. Mais ainda, os autores sintetizam de forma expedita aquilo que passa por ser o último grito na matéria, ou então imediatamente a haver, e que escorre como boa ou mesmo muito boa ciência sobre o tratamento a dar à hostilidade e à guerra em Relações Internacionais, por intermédio do acervo regional dos estudos estratégicos. E é justamente aí que reside o problema: o ganho é escasso, o incremento de confusão significativo e a involução manifesta. Por isso, convém que um tal registo não passe impune, como se nada fosse, logo em Portugal, onde não só o *Journal of Strategic Studies* tem larga audiência nos meios académicos e militares, mas sobretudo por existir uma longa tradição de estudos sobre estratégia, a par de uma inovadora prática doutrinária e no terreno, em particular na esfera da guerra subversiva ou insurrecional.



Acerca do conteúdo da definição de estratégia

O supracitado manifesto começa por dizer, passando por ciência certa, ser a estratégia um campo interdisciplinar que “examina, no seu cerne, as vias pelas quais o poder militar e outros instrumentos coercivos podem ser usados para atingir fins políticos no curso de uma interacção dinâmica de, pelo menos, duas vontades em competição”¹. Estamos, desde logo, diante de uma aporia séria. Não nos referimos aos sentidos possíveis que a agonística competitiva pode ter em inglês, sobraçando eventualmente a competição regrada, a qual é de muito difícil integração no objecto da estratégia. Pensamos até que a expressão “*competing wills*”, quiçá pouco rigorosa, quer traduzir, por facilidade de expressão, no essencial, a hostilidade, a animoaversidade, num senso forte, entre actores distintos de natureza política. A definição também não se refere à natureza política das vontades antagonistas, mas o artigo no seu todo vai nesse sentido por inteiro; a nosso ver bem – a transposição integral do edifício estratégico para actores não-políticos (por exemplo, económicos), fazendo-os agir prevalentemente em torno das questões de estruturação das comunidades políticas e suas relações e do poder, torná-los-ia actores políticos, e não de outra natureza (Duarte, 2004:127-131).

O problema reside antes na centralidade atribuída ao vector militar. É certo que se mencionam outros instrumentos de coerção, mas o foco da análise é de imediato posto no vector militar. Ora, como é reconhecido, pacífico, o vector militar, que até há 70 anos, sensivelmente, protagonizava o eixo não só prático como teórico da estratégia, sendo, além do mais, o seu eixo fundacional, deixou de o ser. Isto é, a teoria, por exemplo, de Beaufre (Beaufre, 2004) a Abel Cabral Couto (Couto, 1988), para mencionar um par de estrategistas que são hoje justamente tidos por clássicos, mas também a prática, usando igualmente a título de exemplo a estratégia para a guerra subversiva e a estratégia nuclear, evoluiu no sentido de considerar a par da estratégia militar outras estratégias gerais, como a económica, a diplomática, a cultural, a informacional, entre várias mais, todas elas subordinadas à grande manobra geral do actor político, denominada estratégia integral, sem que o poder militar detenha aí qualquer primazia de princípio. O poder militar é um entre vários instrumentos de gestão efectiva ou a haver da coerção, sendo essa gestão no seu conjunto a ditar o uso ou não da força militar; sem que por isso haja menos estratégia, no caso de omissão do emprego da força militar. De resto, em consonância com a evolução da guerra, a qual trouxe ao terreiro novas modalidades que não apenas a coacção armada, tecnicamente apelidadas de modalidades de guerra fria, porquanto emergiram, no fundamental, durante a fase histórica conhecida pela expressão *Guerra Fria*.

É evidente que quanto à guerra há uma precisão a fazer. Enquanto na estratégia, a estratégia militar não detém qualquer primazia ao nível dos fundamentos, mais ainda, havendo até modalidades de hostilidade que caem debaixo da alçada da estratégia mas não são ainda guerra, nem quente nem fria, antes pressão hostil (para além de todas as regras), o caso das manobras sobre aliados, sobre terceiros, de algumas operações de

¹ No original, reza assim a definição: “*Strategic Studies is an inter-disciplinary field of studies, which at its core examines the ways in which military power and coercive instruments may be used to achieve political ends in the course of a dynamic interaction of (at least) two competing wills*” (Duyvesteyn e Worrall, 2017: 347).



apoio à paz, determinadas sequências na guerra subversiva, ou as estratégias inversas, as quais agem na hostilidade por anti-hostilidade de meios e quase de fins. No respeitante à guerra, sim, há uma primazia de fundo da luta armada. E porquê? Não porque se trate de uma modalidade de luta conceptualmente superior às restantes, o que as transformaria de imediato em formas de infra-guerra, transtornando por completo a valorização ontológica e epistemológica da guerra contemporânea, antes porque é a luta armada aquela que mais se presta ao desencadear da violência sem quartel, ao incêndio geral provocado pela propagação da violência, à caótica derradeira que estabelece o preço do fenómeno bélico e lhe permite adquirir singularidade – fenómeno em geral designado pelo sintagma conceptual *guerra absoluta*².

Poder-se-ia objectar que, tal como aconteceu com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) português, de 2004, a definição em causa de Isabelle Duyvensteyn e James Worrall apenas se limita a constatar um facto consabido: depois de alguns anos de elevadas expectativas não concretizadas, as restantes estratégias gerais, com excepção da militar, ainda não atingiram o patamar arquitectural inerente à estratégia militar. Porém, a definição dos autores é uma proposta conceptual de fundo e não apenas um ajustamento conjuntural. Além do mais, os diferentes conceitos estratégicos nacionais, como o português de 2004, foram-se ajustando à conjuntura; foram sinalizando que contavam com todas as estratégias gerais de forma integrada, mas como a sua ossatura não estava ainda sedimentada, não poderiam apresentar como tal o que ainda não era realidade. Por outro lado, aquilo que o Conceito de 2004 parecia querer consagrar era igualmente a revalorização das Forças Armadas como braço de apoio da política externa do Estado, em missões que evoluíram para além das clássicas operações de guerra. Mas não nos equivoquemos: o alcance teórico das diversas estratégias está perfeitamente estabelecido e é pacífico, embora nem sempre tivesse havido arte, engenho, vontade ou fortuna de concretizar esse empenho teórico. Assim, como o militar tende a ressurgir, num novo sentido, aliás, muito próximo da estratégia diplomática, para além do incremento das missões não combativas a acompanhar o recrudescimento de guerras subversivas, seja qual for o nome que hoje lhe queiramos atribuir, era e é fácil, se menos atentos, voltar a querer confundir a estratégia com a sua vertente exclusivamente militar.

À primeira vista, a confusão dos nossos autores seria muito típica do pensamento estratégico anglo-americano, ou influenciado por este. Porém, mediante o seminal conceito de grande estratégia, da autoria de Liddell Hart, o próprio estrategista inglês, bem como Beatrice Heuser, Colin Gray, ou Edward Luttwak vão mais longe e tendem a considerar esses outros instrumentos coercivos com muito maior vigor. Colin Gray define a grande estratégia, o termo anglo-saxónico mais próximo para estratégia integral, do seguinte modo:

“the direction and use made of many or all among the total assets of a security community in support of its policy goals as decided by politics. The theory and practice of grand strategy is the theory and practice of statecraft itself” (Gray, 2010: 18).

² Sobre a importância da guerra absoluta na guerra contemporânea, veja-se o incontornável polímata e polemologista Nil Santiáñez (Santiáñez, 2020) (Santiáñez, 2018).



Já Beatrice Heuser afirma ser difícil encontrar uma definição universalmente válida de estratégia através dos tempos. Ainda assim, conclui, com base nos resultados obtidos por sucessivas gerações de estrategas e de estrategistas, ser a estratégia uma via global através da qual se procura realizar fins políticos, incluindo aí a ameaça ou o uso efectivo da força, no âmbito de uma dialéctica de vontades (Heuser, 2013: 27).

No caso de Colin Gray, constata-se que, para acolher distintas formas de luta, mais, para que não haja um predomínio militar na definição, o autor vê-se obrigado a quase evacuar o agonismo da estratégia, fazendo com que a grande estratégia coincida com a acção geral e global do Estado no seu conjunto, a qual, mesmo pressupondo racionais realistas, não se reduz aos objectivos passíveis de criar hostilidade por parte de uma outra vontade política. É como se para se centrar na luta propriamente dita o vector militar tivesse de ser novamente privilegiado de forma tácita. Em relação a Beatrice Heuser, uma vez mais se corre o risco de evacuar o agonismo, não fosse a importância atribuída à dialéctica de vontades, mas ainda assim abrindo a porta a considerar todo o agonismo, tanto o hostil como o competitivo regrado. Todavia, mais importante, se bem que a estrategista de origem alemã não mencione de que uso da força se trata, podendo, portanto, alargar-se a formas de confrontação distintas da luta armada, o conjunto da obra em causa dedicada à história da estratégia e do pensamento estratégico acaba por centrar-se na estratégia militar, incluindo o século XX.

Afinal, donde derivam todas estas aporias no pensamento anglo-americano, de que nem os estrategistas mais argutos se livram? Julgamos que as escolas anglo-americanas estão ainda muito presa às teses de Liddell Hart. O estrategista britânico distingue a estratégia pura, que é, no fundo, a estratégia militar, da grande estratégia, como dizendo respeito à política em acto face ao conflito hostil (Liddell Hart, 1991)³. Política de defesa (acentuando o vector militar) e estratégia integral aparecem assim amalgamadas, e se os académicos anglo-saxónicos contemporâneos sabem perfeitamente que a estratégia integra hoje outras dimensões que não exclusivamente a militar, como já referimos, quando se referem à estratégia *per se*, fruto ainda de um enquistamento das teorias realistas e dos racionais herdados de Liddell Hart, pensam sobremaneira no aparelho militar, ou se quisermos, no *hard power*, tendendo a encostar a estratégia ao militar. Ora, como nem sempre para os próprios é claro (mesmo quando estão conscientes de que estratégia e estratégia militar não se sobrepõem) se, em última análise, a estratégia não remete para o militar e a grande estratégia para uma política de defesa escorada ultimamente no vector militar, a ambiguidade permanece. Isto porque, em última instância, a literatura anglo-americana acaba por sobrepôr em demasia guerra e estratégia, através do vector militar operacional. Lido este último, por sua vez, e em

³ O original da obra, tal como hoje aparece editada e intitulada, data de 1954. É aí que o estrategista inglês revê e acrescenta uma primeira versão da obra, datada de 1929, então intitulada, *The Decisive Wars of History*, na qual a estratégia é apresentada como estratégia militar. Em 1954, o seu pensamento evolui, em particular, com o advento do nuclear, adicionando uma quarta parte à obra, na qual passa a considerar além da estratégia militar, agora denominada *estratégia pura*, uma *grande estratégia* enquanto política de defesa em acto. É igualmente por essa altura que Liddell Hart começa a interpretar o estilo estratégico indirecto como aquele que se socorre predominantemente das estratégias não militares, ao nível da grande estratégia, superando a assim a sua anterior concepção, segundo a qual a estratégia indirecta não era mais do que estratégia militar operacional de aproximação indirecta. De salientar ainda uma nova edição, datada de 1967, onde Liddell Hart acrescenta à obra um capítulo sobre guerra de guerrilha.



grande medida, pelas pautas de emprego na guerra convencional, no âmbito da guerra quente, e pela ideia do combate, mormente o combate clássico, como razão de ser quase exclusiva para o emprego das forças armadas.

Da relação entre a política e a estratégia

Outrossim, na relação entre estratégia e política, um aspecto decisivo do enquadramento estrutural da estratégia, por maioria de razão num manifesto que pretende ajudar a repensar os estudos estratégicos, a posição de Isabelle Duyvesteyn e James Worrall não é clara, até porque não aparece a mediação da grande estratégia, limitando-se os autores a umas quantas considerações de política internacional prática. Embora não nos espantaria se estivesse muito próxima daquelas que acabámos de enunciar, revelando uma tendencial sobreposição entre política e estratégia aquando da definição, ao nível cimeiro, dos objectivos a atingir e das regras de procedimento em face da confrontação existente ou a haver. Algo que se pode tornar preocupante em tempo de guerra, dado esta criar os seus próprios objectivos e facilitar a tentação de inverter a pirâmide estratégica, enfeudando a política aos objectivos estratégicos, contra o bom desempenho desta, contra o que esta quer enquanto disciplina de fins intermédios e não meramente instrumental, e por responsabilidade política. Em rigor, a estratégia visa criar condições para a consecução dos objectivos políticos que suscitam ou podem suscitar hostilidade da parte de uma outra vontade política, retroagindo sobre a política, mas sempre com vista à manutenção do seu lugar próprio subordinado à síntese política superior. Síntese política superior essa que pondera os objectivos relativos à hostilidade no conjunto dos demais objectivos, sejam respeitantes à cooperação, acomodação ou competição, em ordem à realização dos fins políticos e supra-políticos norteadores de uma determinada comunidade política. Quando os corpos directores da estratégia, hoje os mesmos da política, ponderam sobre aquilo que se apelida (reduzionalmente) de estratégia de defesa, ponderam e, posteriormente, decidem em função da hostilidade em si. Quando os corpos directores da política (os mesmos da estratégia) ponderam sobre política de defesa (expressão uma vez mais redutora), ponderam e decidem sobre a hostilidade em correlação com todos os demais objectivos.

Expresso de uma outra maneira, podemos afirmar ser a estratégia uma disciplina de fins incompletos, a completar na síntese política superior. Por essa via dos fins estratégicos específicos mas incompletos, os objectivos estratégicos são tão estratégicos *qua* estratégicos quanto objectivos políticos, necessariamente intermédios e subordinados. É que não obstante a especificidade estratégica, estamos a falar da mesma comunidade ou social, do mesmo actor que opera politicamente, inserindo-se no campo da hostilidade política, e sabendo-se que a estratégia, no seu enquadramento vertical, despacha cada vez mais próximo da política – hoje em dia o responsável pela estratégia integral e o decisor político são a mesma pessoa, só que com funções diferentes, como dissemos acima. O estratega, ao nível da estratégia integral, é o decisor político, e o seu estado-maior informador, no exacto momento em que dá directrizes e despacha em razão da hostilidade *qua* hostilidade, suscitada por determinados objectivos políticos.

Porém, os objectivos estratégicos não se sobrepõem ou coincidem na totalidade com os objectivos políticos que suscitam ou podem suscitar hostilidade, porque a punção



exercida pela conflitualidade hostil, mormente da guerra, alterando o processo social normal, gera finalidades únicas, no sentido de obrigar a política a enquadrar essa punção violenta no conjunto dos objectivos e finalidades comunitárias, isto é, a sobredeterminar a gestão da violência de maneira a evitar a presença solipsista desta – não poucas vezes a estratégia retroage sobre a política no intuito de corrigir a cegueira pró-bélica desta. Por outro lado, olhando agora sob o prisma estrita e propriamente político, e sem prejuízo de que a remissão da estratégia para a política, em tese, relativiza a hostilidade, enquadrada que fica esta pelos restantes objectivos políticos que se não esgotam nela, os objectivos políticos passíveis de hostilidade têm de continuar activos e autónomos em relação à estratégia para poderem ser ponderados com os restantes: com aqueles referentes à cooperação, à acomodação, ou à competição. Podendo, em última análise, a política querer valorizá-los mais, ou relativizá-los profundamente, enquanto síntese superior, para além, independentemente e até a despeito da ponderação recursiva exercida pela racionalidade social estratégica sobre o domínio político *tout court* - pode muito bem até acontecer que a política aceite, é certo, a racionalização prudencial da estratégia (no sentido de *phronesis*), os *outputs* da racionalidade social estratégica, mas pretendendo ficar-se por aí, pelos fins incompletos da estratégia, enfeudar-se à estratégia, apesar da vontade em contrário desta. Quando não queira mesmo perverter essa prudência para promover uma hostilização mais sofisticada e apurada, a qual, em vez de controlar danos os incrementa, mas de forma subtil.

Extensões estratégicas

Isabelle Duyvesteyn e James Worrall sugerem aos estrategistas levar mais a sério as críticas que lhes são feitas a partir das Relações Internacionais, de que os estudos estratégicos parecem ser apenas o braço armado das teorias realistas; ou lhes falta um pensamento novo ou novas perspectivas (Duyvesteyn e Worrall, 2017: 348). Porém, como levar a sério tais críticas? A estratégia é mais antiga do que a ciência das relações internacionais, os seus fundamentos e escolas de interpretação são específicas. Se há autores afins ao realismo, talvez a um realismo aroniano no caso de Beaufre ou Abel Cabral Couto, e outros são avessos ao realismo, mormente na escola estratégica portuguesa, alguns mais são difíceis de identificar em qualquer das teorias de Relações Internacionais, por exemplo Beatrice Heuser, ou Lucien Poirier. Por outro lado, ter de desconstruir toda a ganga retórica que os estudos de segurança fizeram cair sobre o objecto da estratégia é já uma preocupação de sobra. Recordemos ser o objecto da estratégia a hostilidade entre actores políticos distintos (ou arrogando-se de que o outro o é, no caso das guerras internas). Assim, o campo da hostilidade na cena internacional é o campo operativo da estratégia. Não quer isto dizer que a hostilidade e a estratégia não se relacionem com outros factores, como a geopolítica dos recursos, a política de potências, etc. Mas o campo em si mesmo, nos seus fundamentos, nas suas modalidades de acção específicas, isto é, a gestão da hostilidade em si, é do domínio da estratégia, subordinada à política. Por conseguinte, a interpretação avisada da cena internacional sob este prisma específico, isto é, só e somente sob este prisma apenas está ao alcance da reflexão estratégica; de modo algum, dos estudos de segurança.

Isabelle Duyvesteyn e James Worrall afixam igualmente que os estudos estratégicos, por mais importantes que sejam os Estados, devem promover uma abordagem menos



estaticocêntrica (Duyvesteyn e Worrall, 2017: 348 e ss.). Ao mesmo tempo devem olhar para além dos conflitos convencionais clássicos como motor interpretativo dos estudos estratégicos.

Estes racionais viriam muito a propósito se correspondessem à realidade dos estudos estratégicos no mundo (corresponderá certamente ainda a alguns estudos de inspiração ptolomaica num mundo copernicano, quântico mesmo, valha a metáfora), e até a um olhar exclusivo sobre a história. Infelizmente, não é assim. Não sabemos se os autores têm em mente o estereótipo do chamado modo ocidental de fazer a guerra. Mas tenham ou não em mente, o mesmo não corresponde ao evoluir da guerra. Na prática, estamos a falar de um ideal-tipo Oitocentista que sintetiza as convenções criadas paulatinamente ao longo da Idade Moderna, dizendo respeito ao confronto de exércitos regulares e fardados, enquadrados como tais, sob pertença de actores estaduais, digladiando-se de acordo com regras de manobra, atrito e empenhamento em função da batalha, dos cercos, e mais tarde, da sequência de batalhas. Ora, sabendo como essa história é curta no tempo e no âmbito (já o mostrava Clausewitz, no Livro VI, do *Da Guerra*) e os actores não-estatais voltaram a entrar em liça no após Segunda Guerra Mundial, os estrategistas contemporâneos cedo começaram a reflectir sobre esses actores não-estatais e sobre outras modalidades de guerra, para além da convencional, nomeadamente sobre a guerra subversiva, ou sobre a importância das estratégias estrutural, genética e declaratória no campo nuclear, dada a proeminência das estratégias de não-emprego. Há muito que Sun Tzu ou Nguyen Van Giap são lidos, mas por olhos que há não menos tempo dispõem de boas ferramentas para os ler.

A propósito da guerra subversiva, Duyvesteyn e Worrall referem, criticamente, não ser a contra-insurgência, divorciada de imperativos estratégicos mais amplos, a bala de prata para tais conflitos Arremetendo, de passada, em referência, também crítica, a David Kilcullen, contra a ideia consoladora para a opinião pública ocidental deste tipo de guerras serem uma forma de "trabalho social armado". Ao que parece, com base num artigo absolutamente desastrado de Celeste Gventer, David Jones e MLR Smith sobre a COIN – Counter-Insurgency - (Duyvesteyn e Worrall, 2017: 348)⁴. Todas estas referências são feitas, no entanto, como se estivessem a falar de descobertas e derivas de última hora.

⁴ (Gventer, Jones e Smith, 2015). O artigo em causa questiona-se se mesmo se a COIN configura uma estratégia, respondendo pela negativa. Uma coisa é podermos criticar os manuais de contra-insurgência anglo-americanos por serem demasiado tecnocratas e ainda excessivamente focados na primazia da estratégia militar, por incompreensão relativa do "ser" da estratégia. Outra, é pôr tudo em causa não revelando o mínimo conhecimento do que é uma guerra subversiva (a qual tem dois lados obrigados a acções concorrentes), nem inclusive da própria natureza da estratégia e da guerra. Algo até embaraçoso tendo em atenção que um dos investigadores provém do justamente afamado departamento de estudos da guerra do *King's College*. Um dos principais fios condutores explícitos é de que a COIN não tem presente ser a guerra sempre distinta. Mas não só a guerra é distinta, a política também o é e, em última análise, tudo na vida; nesse caso nada poderia ser dito ou aprendido. O relativismo, além de auto-contraditório e auto-refutante, acaba por ter sempre como precipitado último o mero grunhido. Um importante fio condutor implícito, se acaso lemos bem o texto, diz respeito aos motivos políticos, muitas vezes de inspiração duvidosa, por detrás tanto da subversão como da contra-subversão. Mas que importância tem esse elemento para aferir da pertinência dos racionais na leitura estratégica da realidade e na eficácia da acção? Democracias ou ditaduras, opressores e oprimidos, justos e gente não recomendável, podem pensar bem ou mal, ser mais ou menos proficientes. Esse é um assunto respeitante aos fins últimos da política e não ao nível da estratégia; mesmo para uma estratégia como ética do conflito (deve evitar-se a confusão de níveis, como já vimos, comum no pensamento anglo-americano). Na guerra as vítimas transmutam-se em verdugos e vice-versa. E mesmo querendo assumir, sem reboço, haver maus e bons, nem sempre os maus querem a guerra e os bons a não fazer.



Pois sim, mas a *comprehensive approach*, e necessita ser bem entendida, mais não é do que a acção psico-social devidamente enquadrada na conquista das mentes e do coração da população, isolando os elementos subversivos (ou contra-subversivos, se vista do lado da subversão) ou até, se possível, fazendo-os baldear para a outra banda. Porém, essa prática, doutrina e leitura ajustada da natureza desta tipologia de conflito tem, ao menos, 60 anos. A guerra subversiva não é nem nunca foi um conflito predominantemente militar. Inicia-se como luta armada, mas no seu âmago está a conquista da população e não a derrota militar dos insurgentes ou contra-insurgentes, sempre subsidiária; muito menos a aniquilação pura e simples do antagonista, que emerge, como é sabido, no meio da população, correndo o risco de acarretar uma terrível escalada, numa tipologia de conflitos já de si configurando múltiplas ramificações de natureza insidiosa. Aliás, na própria definição, corrente e batida por muitos anos de prova (nem por isso menos acertada), de guerra subversiva⁵, quando se refere não apenas a retirada do poder à autoridade de facto ou de direito, mas tão-só o bloqueamento da sua acção, fica patente desde logo uma margem de manobra para que essa autoridade retire as conclusões devidas, uma margem de desescalada, de contenção, e não o convite à destruição a todo o transe do adversário enquanto tal, até porque isso poderia ser nefasto para a conquista da população, o cerne de todo o “jogo”. Da mesma forma, no confronto militar propriamente dito a brutalidade não só não é de lei como é muito perigosa porque pode dar a entender à população quão excessivos somos. Pois se dizemos representar verdadeiramente a população, mas o adversário não deixa também de sair do meio desta, a desmesura pode pôr em causa a bondade do argumento, como se costuma dizer no Direito.

Talvez intuitivamente e mercê da sua inteligência, mais que de um saber encartado no assunto, do qual porventura não dispõe, a filósofa italiana Donatella di Cesare, referindo-se à figura algo diferente do resistente, traça um notável quadro da guerra subversiva quando afere que o resistente, no nosso caso, o insurgente,

Não confronta o inimigo para lhe infligir a derrota; antes defende-se do adversário para o obrigar a largar a presa [- na perspectiva táctica, porque lhe ainda falta força, na componente estratégica, a decisiva, para poder modelar ele a presa, o povo, de acordo com o princípio das forças concorrentes -]. Desarma-o com as suas armas, abala as regras, toma-o de surpresa, desorienta-o. Tenta sempre desta maneira reconquistar espaço e tempo para se reorganizar. *Não quer a vitória, a não ser na forma de libertação* [- não é, pois, a vitória militar, antes o trazer a si, “libertar”, o povo -]” (Cesare, 2021: 35).⁶

Face a isto, poder, eventualmente, insistir no confronto militar de forças diametralmente opostas e não de forças concorrentes, afigura-se até um pouco ridículo.

A guerra subversiva, enquanto unidade de tempo por mor da lassidão, é um evento insidioso, onde se procura levar o inimigo a concluir que mesmo os mais próximos, incluindo o vizinho, o amigo, os familiares podem não estar com ele e, no limite, é ele o

⁵ A guerra subversiva como a luta conduzida no interior de um determinado território, por uma parte da sua população, ajudada ou não do exterior (mas quase sempre envolvendo a componente externa), contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com vista a lhes retirar o poder e o controle sobre esse território, ou, pelo menos, a paralisar a sua acção.

⁶ O itálico é nosso.



próprio inimigo de si mesmo e da comunidade, devendo, portanto, partir ou juntar-se às forças subversivas. Dito de outra forma, chamando à colação o mais recente romance de Mia Couto:

"o inimigo é o mainato que cuida dos nossos filhos. É o funcionário que se senta ao nosso lado. O inimigo somos nós próprios que não sabemos até quando podemos resistir" (Couto, 2020: 226).

É verdade que Mia Couto não é um escritor qualquer, tem uma longa e profunda digressão sobre guerra nos seus romances, mas a sua escolha por nós não é inocente. Quer significar o quanto se ensimesmou e se tomaram por básicos os elementos nucleares da guerra subversiva, a ponto de uma boa tirada de romance os ilustrar sem mais, sem necessidade de grandes sustentáculos teóricos; como atrás já o fazia, de alguma maneira, Donatella di Cesare. Assim, a escrita, por parte de Duyvesteyn e Worrall, de um manifesto para promover a invenção da roda (ou mais provavelmente, para a desacreditar, se é que os autores a compreenderam verdadeiramente) é, no mínimo, insólito.

Os autores referem-se ainda à necessidade de pôr de lado a unilateralidade das análises de escolha racional, mais ou menos behavioristas, incluindo uma justa alusão a Clausewitz (Duyvesteyn e Worrall, 2017: 349)⁷. Uma vez mais estamos diante de uma redundância. Há muito que a estratégia, justamente para dar conta da assistemática do fenómeno bélico e da liberdade que caracteriza a acção humana, pôs em jogo a arte, incluindo racionais estéticos, a intuição, o *savoir-faire* e, acima de tudo, a *sagesse*, a sabedoria prática, essa compenetração com o mundo, saber imersivo rompendo por dentro da realidade, de baixo para cima e vice-versa, fundamental para uma área que não perfaz apenas um campo de estudos, com os seus métodos e objectivos próprios, com um objecto específico e, por conseguinte, com um substrato óntico regional, mas sobretudo é uma práxis, uma resposta muito própria das comunidades políticas face às injunções ditadas pela excepcionalidade da conflitualidade hostil, em particular da guerra.

A estratégia é a sabedoria prática ao serviço da política, naturalmente num sentido normativo, ético, prudencial, no senso de *phronesis*, que gere a conflitualidade hostil, a qual tem o seu valor de utilidade marginal na guerra, com vista não apenas a alcançar a vitória, a minorar a derrota ou a negociar um impasse aceitável, mas antes de mais fazer implodir a própria conflitualidade hostil por dentro e para sempre. No fundo, o caminho da estratégia enquanto ética do conflito, também ele motivo de meditação e debate na escola estratégica portuguesa. Pois bem, também aqui Isabelle Duyvesteyn e James Worrall pouco têm a dizer de inovador com a sua própria definição e glosa consequente em função de uma abordagem dita alargada dos estudos estratégicos. É que uma definição de estratégia não pode reduzir-se à sua parte de leão operativa, a estratégia integral, por mais importante que esta seja, e é. A estratégia integral não é a estratégia por antonomásia. A estratégia deve considerar igualmente aquilo que Jean-Paul Charnay designou por *metastratégie* (Charnay, 1990a: 188-189) (Charnay, 1990b: 213 e ss.) e

⁷ Sobre este ponto, veja-se o magnífico estudo de Alan Beyerchen (Beyerchen, 1992-93), e ainda (Engberg-Pedersen, 2015).



Lucien Poirier por *stratégique* (Poirier, 1987: 195, 199-201)⁸. A reflexão sobre a natureza da estratégia e sobre o seu intrínseco evolver, o seu enquadramento epistemológico particular (o seu modo de produção), o sentido do agir estratégico com relação aos fins políticos e aos fins supra-políticos são igualmente concreções da estratégia. Dir-se-ia que são concreções fundamentais da estratégia, sem as quais a estratégia integral não teria norte, pois não estaria ancorada na realidade integral, inteira. É por este último motivo que não nos parece de lei, *pace* os dois renomados estrategistas franceses, evocar estes conceitos para acolher as dimensões não operativas da estratégia num espectro à parte, em que a estratégia propriamente dita, a *stratégie*, diria então respeito apenas à acção estratégica e à sua envolvência directa, o ambiente estratégico. A nosso ver, isso seria dessangrar a estratégia de dimensões nucleares, não exteriores, mas interiores, basilares ao seu âmago praxista.

De resto, e com respeito à ideia da estratégia como disciplina praxista, ética do conflito, arte da prudência para além da prudência, há um ponto que no discurso de Isabelle Duyvesteyn e James Worrall ofusca pela ausência, mas capaz até de ter importantes repercussões estratégicas operacionais. Referimo-nos à relação da estratégia com o ambiente, e não apenas enquanto modelo analógico, embora com todo o cuidado, pois a guerra, lesiva de tudo, o é também do ecossistema. A estratégia pode bem configurar um modelo analógico para as campanhas ambientais, porque a sua lógica é a de racionalizar evitando a delapidação desbragada de recursos humanos e materiais. Uma frugalidade também inerente, por questões operativas e logísticas, às acções militares. Na verdade, no concernente à acção militar em si, não se trata só de otimizar recursos, fazendo mais com menos, não degradando o ambiente. O próprio instrumento armado pode ser pesado de mais para agilizar em determinados conflitos, denominados de baixa intensidade. Mas não menos importante no domínio das percepções, da estratégia declaratória é a pegada ecológica deixada, podendo essa pegada ser percebida como fruto de uma postura arrogante e desajeitada, alienando apoios.

Contudo, devemos ir mais longe. Se pensarmos que a estratégia age também sobre a hostilidade a haver, e que acções de aparente pura incidência ambiental são, além de um risco estratégico, quiçá também uma ameaça, podendo ser motivo de uma percepção hostil, porque mesmo não sendo cogitadas e efectuadas com intenção de hostilizar um outro actor, há, no entanto, hoje a perfeita consciência dos danos (por exemplo, a corrida aos combustíveis fósseis no Ártico). Então, a estratégia como ética do conflito, visando limitar e desarmar potenciais conflitos, enquanto atitude prudencial para com o outro e para consigo mesmo, é, nesse sentido, também uma acção (ética) de abertura ao outro, com incidência ambiental directa. Porque no seu modelo de frugalidade, de racionalização, de ponderação *fronética* de recursos, ao procurar conter na justa medida ou desarmar conflitos por causa do ambiente, fá-lo por desarme de posturas ambientais agressivas, contribuindo para a ideia de casa comum.⁹

Seria bom que os internacionalistas se inteirassem do manifesto em causa para compreender, não o ponto da situação dos estudos estratégicos ou de uma renovação a

⁸ Curiosamente, o termo *stratégique* deu origem à mais importante publicação periódica com o mesmo nome dedicada à estratégia.

⁹ Estas ideias, aqui esboçadas de modo ainda embrionário, foram-nos sugeridas por Abel Cabral Couto, na sequência de uma oração de sapiência proferida por Viriato Soromenho-Marques, na sessão inaugural do ano académico do Instituto da Defesa Nacional, em 2019.



haver, mas quão enviesada está essa formulação da estratégia, de quão redutora e até redundante é, olhando antes para o que de inovador se faz nacional e internacionalmente no campo de estudos da estratégia há, pelo menos, 60 a 70 anos. O maior dos problemas para as Relações Internacionais é que perspectivas como esta, bem como a dos estudos de segurança, têm deixado cativa essas mesmas Relações Internacionais de uma compreensão não só errónea, mas também maninha e como se fosse veludo rafado, não apenas do significado dos estudos estratégicos, mas, acima de tudo da realidade da conflitualidade internacional, em especial da guerra, infelizmente ainda tão impregnada no tecido internacional.

Referências

- Beaufre, André (2004). *Introdução à Estratégia* [trad. portuguesa], Lisboa: Sílabo.
- Beyerchen, Alan (1992-93). "Clausewitz, Nonlinearity and the Unpredictability of War". *International Security*, 17:3, pp.59-90.
- Cesare, Donatella di (2021). *O Tempo da Revolta*, Lisboa: Edições 70.
- Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um curso*, 2 vols. Lisboa: IAEM.
- Couto, Mia (2020). *O Mapeador de Ausências*. Alfragide: Caminho.
- Duarte, António Paulo (2004). "Os (De)limites da Estratégia. Assomos reflexivos a propósito de um debate estratégico teórico" in Francisco Abreu e António Horta Fernandes, *Pensar a Estratégia. Do político-militar ao empresarial*. Lisboa: Sílabo, pp.123-138.
- Duyvesteyn, Isabel e Worrall, James (2017). "Global Strategic Studies: a manifesto". *Journal of Strategic Studies*, vol.40, Issue 3, pp.347-357.
- Engberg-Pedersen, Anders (2015). *Empire of Chance. The napoleonic wars and the disorder of things*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Fernandes, António Horta (2010). "A Estratégia e as Relações Internacionais". *Nação e Defesa*, nº36, pp.87-104.
- Fernandes, António Horta (2015). "O Conceito de Segurança. Um obstáculo à paz". *Relações Internacionais*, nº48, Dezembro 2015, pp.139-164.
- Gray, Colin (2010). *The Strategy Bridge: theory for practice*. Oxford: Oxford University Press.
- Gventer, Celeste Ward, Jones, David Martin e Smith, MLR (2015). "Deconstructing Counter-Insurgency: COIN discourse and the devaluation of strategy". *Cambridge Review of International Affairs*, 28:3, pp.348-372.
- Hart, Basil Liddell (1991). *Strategy*. New York: Penguin.
- Heuser, Beatrice (2013). *Penser la Stratégie de l'Antiquité à nos Jours* [trad. francesa]. Paris: Picard.



Santiáñez, Nil (2018). *Wittgenstein's Ethics and Modern Warfare*. Walterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press.

Santiáñez, Nil (2020). *The Literature of Absolute War. Transnationalism and World War II*. Cambridge: Cambridge University Press.